

EDITORIAL

Companheiros e companheiras,

Nestes longos anos de trabalho e luta como dirigente da nossa entidade, temos enfrentado muitos desafios, ajudando a construir importantes conquistas na história vitoriosa de lutas do nosso SAE-DF.

A partir do início dos anos 2000, com o fortalecimento da consciência da nossa base acerca da necessidade de lutarmos pela nossa valorização por qualificação profissional, essa grande e transformadora vitória veio com a lei nº 3.319/2014, dando um salto positivo em nossa remuneração. Como consequência, o que se viu foi uma acentuada melhoria na renda e na qualidade de vida de cada um e cada uma, servidor e servidora da nossa carreira. Essa vitória nos trouxe a certeza de que a luta dos trabalhadores, muitas vezes árdua e penosa, é capaz de produzir resultados que melhoraram não apenas a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também de esposos e esposas, filhos e filhas... É isso que nos gratifica e nos leva a continuar lutando.

Nesse histórico de duras e vitoriosas batalhas, além das conquistas, a luta também se faz presente a cada dia, na vigilância permanente, para evitarmos retrocessos, como foi o caso da tentativa do GDF de simplesmente cortar a nossa Gratificação de Apoio Técnico Administrativo – GATA, o que ensejou grande e forte revolta que culminou no impedimento da redução da nossa remuneração.

Mais recentemente, no início do atual governo, a luta pela reestruturação da nossa car-

reira, com destaque para a nossa defesa da incorporação da GATA, levou-nos a uma dura greve, que durou 17 longos e cansativos dias, com resultados importantes, a partir dos quais foi pavimentado o caminho para a conquista da reestruturação da carreira, materializada numa proposta apresentada à categoria no final do ano de 2012. Também como resultado desse processo, entendemos como uma vitória importante a retirada da contrapartida do nosso auxílio-alimentação que, por conta disso, chegava a pagar, em alguns casos, cerca de R\$ 60,00 líquidos. Por conta daquela luta hoje o valor desse auxílio chegou a R\$ 394,50 líquidos e segue a luta em busca da equiparação ao lado do conjunto dos servidores públicos do Poder Executivo.

Ainda que de maneira resumida, impossível expor neste editorial as inúmeras vitórias construídas por nossa luta ao longo dos anos, seja em se tratando de questões administrativas ou financeiras, não sem ter que enfrentar diariamente adversidades e desafios os mais variados.

Agora, as circunstâncias nos chamam a enfrentar outro desafio, o que, por imposição da legislação eleitoral, nos obriga a nos licenciar do cargo de Secretário Geral do SAE para enfrentar a disputa por uma vaga de parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Esclareço, desde logo, que essa não foi uma decisão fácil, pois, além da natureza do desafio, trata-se de uma decisão resultante de longos debates, que apontaram a



necessidade de enfrentamento dos nossos desafios em outros campos de batalha.

Tenho a certeza e a tranquilidade de que deixo a Secretaria Geral do SAE-DF em boas mãos, uma vez que sou testemunha da história de trabalho e luta e da experiência da companheira Rosenilda Almeida, que passará a ocupar a pasta.

Grande abraço em todas e todos e a luta continua!

Denivaldo Alves do Nascimento
Secretário Geral do SAE-DF
(licenciado)

CAMPANHA SALARIAL 2014

Depois de 17 plenárias regionais e 19 dias de acampamento, seguimos na luta para reverter os estragos das “negociações paralelas” provocados em nossa Campanha Salarial - 2014

No ano de 2012, não sem muito trabalho e luta, foi apresentada pelo GDF uma proposta de reestruturação da nossa carreira. A nova estrutura representou a conquista de uma histórica luta pela transformação de gratificações em vencimentos básicos, iniciada com a grande luta pela incorporação da GATA. Em Assembleia – instância de deliberação máxima do sindicato – a proposta foi aceita, no entanto, com ressalvas, cabendo à direção os encaminhamentos destinados à luta por mais avanços financeiros e administrativos.

Nesse processo, a direção do SAE trabalhou e vem trabalhando muito nas negociações e nas mobilizações da categoria. No primeiro semestre de 2013, realizamos 13 assembleias regionais. No segundo semestre deste mesmo ano, no período de 1º de novembro a 5 de dezembro, a direção do SAE promoveu 14 assembleias regionais, explicando, com detalhes, a nova estrutura da carreira, apontando os avanços conquistados e os desafios a serem superados.

Neste ano, em razão de se tratar de um ano eleitoral, lançamos a Campanha Salarial – 2014. Num intenso trabalho iniciado no dia 20 de fevereiro, 17 assembleias regionais foram realizadas, abrangendo todo o Distrito Federal. Esse processo de mobilização culminou com a realização de uma Assembleia Geral, no dia 17 de março, em frente ao Palácio do Buriti. Nessa assembleia, a categoria aprovou como estratégia de luta um acampamento na Praça do Buriti em

defesa das nossas reivindicações.

Foram 19 dias de acampamento, enfrentado dias e noites frias e chuvosas. Como resultado de difíceis e duras negociações, no dia 3 de abril, o GDF apresentou uma proposta, com novos avanços, sendo a mesma aprovada em assembleia no dia 4 de abril.

Diante da morosidade do GDF, em apresentar a proposta, quando ela chegou, o prazo para tramitação e aprovação do projeto de alteração da carreira ficou muito curto e disso se aproveitaram inoportunas “negociações paralelas” e o próprio governo, dificultando o processo, o que inviabilizou a aprovação do projeto dentro do prazo limite permitido pela legislação eleitoral (8/04/2014), impondo à grande maioria da categoria vultosos prejuízos.

Diante disso, a direção do SAE pôs-se novamente na luta em busca de garantir a efetivação dos avanços conquistados, inclusive, somando-se à indignação de todos os servidores públicos do Poder Executivo diante do que vem sendo chamado de “aumento pastel” por conta do insignificante reajuste do auxílio-alimentação.



LICENCIADO

Companheiro Denivaldo Alves se licencia e é pré-candidato a uma vaga de deputado na Câmara Distrital. Em seu lugar, assume a Secretaria Geral do SAE a companheira Rosenilda Almeida.

Categorias com número de servidores bem menor que a nossa têm vários representantes na Câmara Legislativa. Entre outras razões de natureza político-social, essa realidade, somada às históricas dificuldades de encaminhamento das nossas demandas no Poder Legislativo, foram fatores determinantes nessa decisão do companheiro de disputar uma vaga na Câmara Legislativa.

Em substituição ao Companheiro Denivaldo, assume a Secretaria Geral do SAE a companheira Rosenilda, militante também com longo histórico e experiência de lutas em defesa da nossa categoria. Desejamos ao companheiro sucesso nesse grande desafio.



REMANEJAMENTO

Antiga reivindicação da categoria, Portaria a ser baixada pelo GDF, deve regulamentar remanejamentos interno e externo em nossa carreira.

O assunto foi tratado no dia 14 de maio, em reunião com o Secretário de Estado de Educação, Marcelo Aguiar e o Secretário de Gestão dos Profissionais de Educação, José Eudes. Ao final das discussões, ficou a cargo da SUGEP o encaminhamento dos procedimentos necessários à confecção do documento para posterior publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Em se confirmando essa regula-

mentação - que sempre existiu na Carreira Magistério - será mais uma importante vitória da categoria rumo à igualdade de tratamento funcional entre os profissionais da educação básica pública do Distrito Federal, uma vez que as transferências de local de trabalho passarão a ser tratadas de maneira objetiva, como deve ser no serviço público, e não com base na vontade pessoal desse ou daquele gestor.

AFASTAMENTO REMUNERADO PARA ESTUDOS

Baixada Portaria que regulamenta, para o ano de 2014, o afastamento remunerado para estudos

De acordo com a Portaria nº 102, de 16 de maio de 2014, serão disponibilizadas, 66 vagas para especialização (pós-graduação lato sensu), 40 para mestrado e 10 para doutorado (pós-gradu-

ação stricto sensu). Essa é mais uma oportunidade conquistada por ocasião da reestruturação da nossa carreira, que visa ao desenvolvimento do servidor na carreira e em sua vida pessoal.

RECESSO DURANTE A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

Tratamento isonômico entre servidores da nossa carreira e profissionais do magistério na concessão do recesso

Em reunião com o Secretário de Estado de Educação, Marcelo Aguiar, a Comissão de Negociações do SAE cobrou tratamento isonômico na concessão do recesso durante a Copa do Mundo de Futebol.

Quanto ao quantitativo de dias de recesso, nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal, ficou acordado que não haverá distinção de tratamento entre profissionais do magistério e da nossa carreira.

Estamos atentos a todos os assuntos que afetam a nossa categoria e essa foi mais uma importante ação do nosso sindicato em defesa dos servidores da nossa carreira.

PDE - Dirigentes do SAE e servidores da base participam de debates destinados à Construção do Plano Distrital de Educação - PDE

Paralelamente aos debates travados a nível nacional no processo de tramitação e aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE, no Distrito Federal, dirigentes do SAE e servidores da nossa base vêm participando, efetivamente, das discussões do Plano Distrital de Educação - PDE.

No que diz respeito diretamente à nossa carreira, as metas 17 e 18 do plano merecem especial atenção. Ambas tratam de questões remuneratórias, com a diferença de que a meta 17 somente se refere aos profissionais do magistério, propondo uma evolução gradativa dos respectivos vencimentos básicos, de modo que atinjam valores iguais à média dos vencimentos básicos dos servidores públicos do Distrito Federal com o mesmo nível de escolaridade. Nesse ponto, a defesa dos nossos participantes nos debates é no sentido de que a meta se refira aos profissionais de educação como um todo, o que inclui a Carreira Assistência à Educação, e não somente a profissionais do magistério. Também defendemos que a proposta seja alterada para que a meta se referira ao alcance de, no mínimo, a média dos vencimentos básicos dos servidores públicos do Distrito Federal. Isso porque o texto original é taxativo, defendendo, literalmente, que o valor do vencimento básico somente possa evoluir até a média, não podendo ir além.

CONCURSO PÚBLICO

Terceirização na educação, na rede pública, não tem amparo constitucional

A Constituição Federal, ao estabelecer os princípios que regem o ensino público brasileiro, entre eles estabelece o princípio de valorização dos profissionais de educação, com a garantia de organização de todos os profissionais que trabalham nas escolas da rede pública em carreira, e com o ingresso nessa carreira exclusivamente mediante concurso público. O GDF, há muitos anos vem desrespeitando esse princípio, contratando empresas terceirizadas para o exercício das funções do cargo de Agente de Gestão Educacional.

Em função disso, nos debates do Plano Distrital de Educação, até a sua aprovação na Câmara Legislativa, é muito importante a defesa do concurso público visando à contratação de qualquer pessoa para exercer qualquer função cujas atribuições se refiram a serviços permanentes, respeitadas apenas as exceções constitucionalmente previstas.

Carência de servidores

Questionado sobre a carência de servidores nas escolas, na mesa de negociações, o Secretário de Estado de Educação, Marcelo Aguiar, anunciou a realização de um processo licitatório para contratação de pessoal nas áreas de vigilância, limpeza e alimentação escolar.

Segundo aquela autoridade, a contratação de pessoal para o serviço de portaria também está em discussão na Secretaria. Na oportunidade, a Comissão fez forte e fundamentada defesa do concurso público para o suprimento de todas as carências da nossa carreira.

O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E O “AUMENTO PASTEL”

Servidores públicos do Poder Executivo manifestam grande insatisfação com o pífio reajuste do auxílio-alimentação

Conforme publicamos em nosso site, com o aumento do auxílio-alimentação para R\$394,50, o reajuste foi de R\$21,50. Em relação ao valor anterior, o aumento foi de 5,76%. Dividindo-se esse valor pelos 30 dias de um mês comercial, o valor é de pouco mais de R\$0,70, razão por que o reajuste vem sendo apelidado, entre outras coisas de “aumento pastel”.

Não aceitamos o argumento de que o reajuste não poderia gerar aumento real, ou seja, acima da inflação do período, seja porque se trata de verba indenizatória, portanto, sem caráter remuneratório, seja porque o governo poderia ter concedido o reajuste antes dos 180 dias anteriores ao pleito eleitoral, conforme vínhamos defendendo na mesa de negociações.

Esclarecimentos sobre a possível mudança na forma de pagamento do auxílio-alimentação

De início, é importante esclarecer que a forma de pagamento do auxílio-alimentação é um assunto que diz respeito ao conjunto dos servidores públicos do Distrito Federal, portanto, não somente aos servidores da nossa carreira, razão pela qual os debates sobre o assunto estão sendo realizados, principalmente, com o Fórum em Defesa do Serviço Público do Distrito Federal, coordenado pelo Secretário Geral do SAE e Secretário de Relações de Trabalho da CUT-DF, Denivaldo Alves até o seu licenciamento para concorrer a uma vaga na Câmara Distrital.

Principal razão do surgimento da questão

Essa questão surgiu diante de constantes reclamações de servidores públicos distritais de que o auxílio-alimentação, no caso dos servidores com saldos negativos no cheque especial ou com dívidas de empréstimos bancários, vinha sendo utilizado pelo banco para amortização ou pagamento dessas dívidas, tirando assim o ca-

ráter indenizatório do benefício.

Proposta do GDF

A proposta do GDF junto aos servidores públicos distritais é no sentido da criação de um cartão, no qual seria creditado o auxílio-alimentação e que poderia ser utilizado para refeição ou compra de alimentos.

Nossa avaliação

Nas discussões até o momento realizadas, viu-se que a proposta gerou basicamente duas posições na base dos servidores públicos de um modo geral:

1ª posição: favorável à criação do cartão. Em síntese, assim entendem, principalmente, aquelas pessoas com saldos devedores em seus cheques especiais ou com débitos mensais de prestações no banco.

2ª posição: contrária à criação do cartão. Assim se posicionam aquelas pessoas que não concordam com as limitações que o cartão poderia gerar como utilização restrita a refeições ou compra de alimentos, possibilidade de não adesão por parte dos estabelecimentos comerciais de suas preferências ao cartão, diminuição da margem de consignação para a tomada de empréstimos bancários, entre outras razões.

Nosso posicionamento

Em face dessas duas posições na base dos servidores públicos distritais, entendemos que, caso o GDF resolva criar o cartão, seja garantida ao servidor a liberdade para aderir ou não.

NÃO À OBRIGATORIEDADE!

Seguem os debates, mas nada ainda está definido.



Auxílio-Saúde

Embora se trate de um assunto que tem natureza de assistência social, a Comissão de Negociações do SAE, em reunião com o Secretário de Estado de Educação, Marcelo Aguiar, cobrou ações na definição da forma e do momento da implantação do auxílio-saúde, conforme proposto pelo GDF ao final do nosso acampamento na Praça do Buriti. Na oportunidade levamos ao conhecimento do Secretário a produção, pelo nosso serviço jurídico, de um parecer no qual argumentamos, com forte fundamentação legal, a necessidade de observância do princípio da isonomia entre os profissionais de educação sejam eles do magistério ou da nossa carreira no tocante ao assunto.

Diante dessa nossa explanação, o Secretário comprometeu-se a intervir junto à Secretaria de Estado de Administração Pública, no sentido de apresentar uma proposta acerca do momento e da forma de implementação do referido auxílio, não estando descartadas ações judiciais em busca do tratamento isonômico em relação a esta e a outras situações semelhantes.

Alteração da carreira

Embora tenhamos conquistado uma importante reestruturação da nossa carreira, cuja implantação se iniciou em setembro de 2013, certo é que muitas distorções precisam ser corrigidas. Alguns importantes avanços constam no projeto de alteração da carreira apresentado para a categoria na assembleia do dia 4 de abril, que pôs fim ao acampamento na Praça do Buriti.

No entanto, por conta de interferências indevidas e “negociações paralelas”, o projeto não foi protocolado na Câmara Legislativa antes de vencido o prazo limite permitido pela legislação eleitoral (08/04) para a aprovação de projetos com impactos orçamentários.

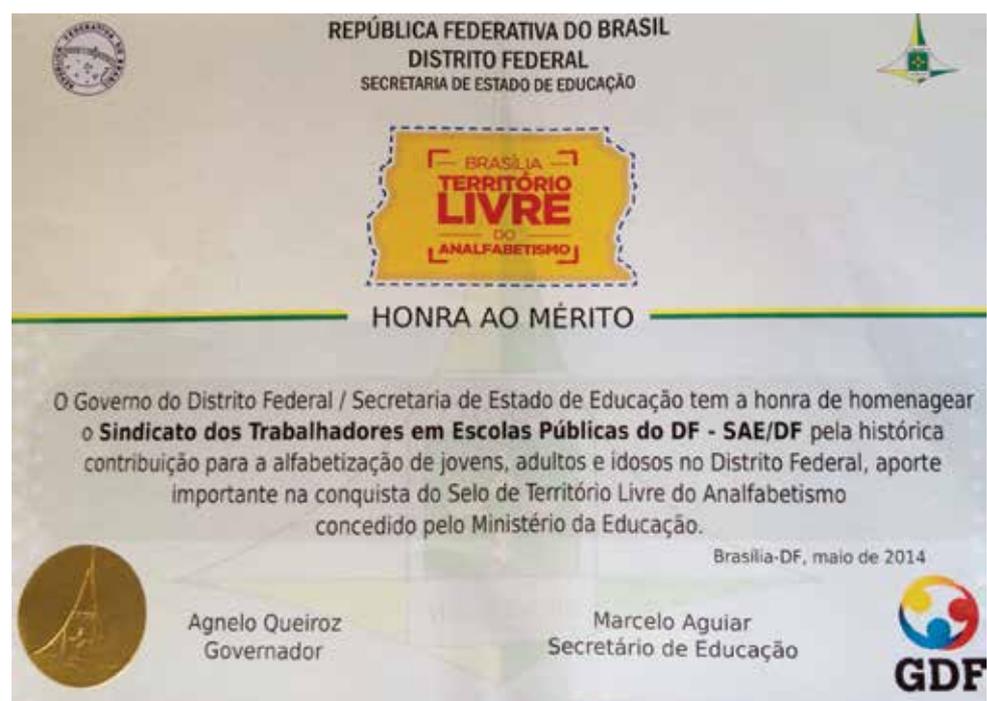
A situação foi colocada para o Secretário de Educação visando a garantir a aprovação do projeto ainda neste ano, uma vez que a maioria dos avanços presentes na proposta são previstos para o ano de 2015.

Seja como for, essa é uma oportunidade para tentarmos melhorar a proposta antes que ela seja aprovada. - **A LUTA CONTINUA, SEMPRE!**

HONRA AO MÉRITO

Em solenidade comemorativa do Selo de Território Livre do Analfabetismo, SAE é homenageado

A homenagem é mais que justa. Além da nossa histórica e vitoriosa luta pela valorização financeira da elevação do nível de escolaridade no âmbito da nossa carreira, cada profissional de educação, direta ou indiretamente, deu a sua contribuição para a alfabetização de jovens, adultos e idosos e para este reconhecimento do Distrito Federal como território livre do analfabetismo. O selo é concedido pelo Ministério da Educação em razão do reconhecimento dos avanços conquistados na luta pela erradicação do analfabetismo no país.



PROFUNCIONÁRIO

Rumo à universalização da formação profissional no âmbito da nossa carreira

Com o reconhecimento dos funcionários de escolas como profissionais de educação, adquiriu grande relevância o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PROFUNCIONÁRIO. O programa foi regulamentado pelo Decreto nº 7.415/2010, do Governo Federal, que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Como dito em matéria publicada em nosso site, no último dia 15 de maio, foi realizada uma aula inaugural de uma nova turma de cursistas desse curso. Além dos cursistas e de outras lideranças comunitárias, sindicais e políticas, fizeram-se presentes na so-



lenidade o Secretário de Estado de Educação, Marcelo Aguiar, e o Secretário Geral do SAE, Denivaldo Alves.

Consideremos muito importante para a nossa carreira a determinação demonstrada pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Edu-

cação – EAPE – nos últimos anos – no tocante à formação dos servidores da nossa carreira. É necessário agora, por parte do governo, o estabelecimento de incentivos mais justos em forma de retribuição remuneratória dos servidores certificados. Não é suficiente, para

tanto, o mero estabelecimento de uma etapa de progressão específica para quem ostenta essa certificação.

Por isso, nossa reivindicação é para que, além do efetivo tempo de serviço e da escolaridade, seja criado um novo mecanismo de valorização da formação, atualização e aperfeiçoamento profissional dos servidores da nossa carreira.

SOLENIIDADE DE FORMATURA DO PROFUNCIONÁRIO

Em solenidade realizada no dia 8 de maio, na EAPE, mais de 600 alunos receberam seus certificados de conclusão do curso PROFUNCIONÁRIO.

Pauta de luta histórica do SAE, a formação profissional dos trabalhadores em educação é fundamental para a promoção da qualidade do ensino público e, também, para o fortalecimento das nossas lutas em defesa deste que é um direito de todos os funcionários de escolas no Brasil: A atualização e o aperfeiçoamento profissional como forma de desenvolvimento na carreira.

Por que é importante a nossa formação profissional?

Há pouco mais de uma década, o único mecanismo de progressão que tínhamos era o tempo de serviço. Naquele tempo, já anunciávamos a necessidade de as pessoas irem adquirindo novos níveis de escolaridade, pois havia a perspectiva de melhoria salarial em função disso. Com a conquista da valorização por escolaridade a partir do início da última década a remuneração dos servidores da nossa carreira melhorou substancialmente. Portanto, não sem muita luta, temos agora dois mecanismos de progressão: tempo de serviço e habilitação (escolaridade).

Assim, além da melhoria dessa estrutura, a defesa de um mecanismo de progressão salarial baseado na formação, na atualização e no aperfeiçoamento profissional é uma pauta muito importante. A criação de uma etapa de progressão para quem possui o curso PROFUNCIONÁRIO representa apenas o início dessa conquista que se anuncia.

Logo, para além da promoção da qualidade do ensino público, a matrícula no curso PROFUNCIONÁRIO e em outros cursos profissionais que vierem serão fundamentais para lutarmos de maneira mais forte na defesa de mais esse mecanismo de progressão salarial.

Além das nossas diretoras sindicais Antônia da Costa e Sônia Vilarindo – formandas que receberam seus certificados na solenidade – esteve presente, tomando parte na mesa de convidados, o Secretário Geral do SAE – DF, Denivaldo Alves.

A Diretoria Colegiada do SAE parabeniza a todos os formandos ao mesmo tempo em que conclamamos os servidores que ainda não fizeram o curso para se inscreverem nas turmas que forem surgindo.



INFORMAÇÕES JURÍDICAS

Processo do adicional noturno se encontra em fase de cálculos para posterior execução

Conforme é de conhecimento dos servidores da nossa carreira, antes o adicional noturno vinha sendo calculado tendo como base apenas o vencimento básico. O SAE se insurgiu contra isso e, depois de intensa batalha na justiça, foi reconhecido o direito de cálculo dessa parcela remuneratória tomando por base de cálculo a remuneração.

Com essa importante vitória, a parcela do adicional noturno passou a ser bem maior que aquela antes recebida. Agora, estamos na fase de cálculos para a execução da obrigação de o GDF pagar os valores retroativos determinados pela justiça, que compreendem o período de 2005 a 2008.

28,86% - Processo encontra-se com carga para o perito

Superada a fase de conhecimento do processo nº 31280/DF – período em que a demanda fica em debate na justiça até a sentença transitar em julgado, quando não cabe mais recurso nessa fase – iniciou-se há alguns anos a fase de execução. Nessa fase, o GDF impetrou um recurso denominado embargos à execução, alegando que, nesta fase, o sindicato não seria mais parte legítima a continuar representado a categoria.

O recurso foi indeferido e a justiça reconheceu o sindicato como representante da categoria também na fase de execução do processo. Na decisão o juiz nomeou um perito judicial para que fossem providenciados os cálculos da obrigação, cujos honorários no importe de cerca de 180 mil reais foram pagos pelo SAE. Em decisão recentemente proferida, a justiça deferiu pedido do GDF de compensação dos reajustes. Mesmo depois desses fatos, o montante da dívida do GDF nesse processo chega a cerca de 1,6 bilhões de reais.

De acordo com a última informação o processo encontra-se com carga para o perito.

Retroativo do Auxílio-alimentação: RESP concluso ao relator

Como sabemos, o auxílio-alimentação foi cortado mediante um Decreto do GDF, no Governo Cristóvão Buarque, no início do ano de 1996. Como a concessão do benefício foi feita por lei, não poderia ser cassada por decreto. Com base nisso, o SAE impetrou uma ação judicial contra essa medida do governo. A ação foi vitoriosa, devendo o GDF cumprir, de imediato a obrigação de voltar a pagar o auxílio-alimentação. Essa foi já uma grande vitória a ser valorizada, pois, não fosse isso nenhum servidor do Poder Executivo estaria hoje recebendo esse benefício que, depois da

nossa vitoriosa luta pela retirada da contrapartida ficou ainda mais significativo. Hoje, recebemos nosso auxílio-alimentação sem descontos.

No entanto, ficou em debate, o período de 1996 até o início do ano 2000. Também nesse ponto, a ação foi vitoriosa. Na fase de execução da sentença, no tocante à obrigação de pagar os valores não pagos no período acima citado, o GDF impetrou recurso alegando prescrição, tendo a justiça deferido o pedido.

Diante disso, o SAE impetrou junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, um Recurso Especial – RESP (nº 1301936). A última informação sobre o processamento desse recurso é de que o mesmo está concluso ao Desembargador Relator, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.

Portanto, a ação do auxílio-alimentação é uma ação vitoriosa porque foi em razão dessa batalha na justiça que conseguimos garantir mensalmente desde o ano 2000 o pagamento do benefício, principalmente levando em conta a nossa vitoriosa luta para que o mesmo passasse a ser pago sem nenhum desconto. Quanto ao retroativo, o debate segue na justiça.

Plano Bresser - Servidores recebem pagamentos que minimizam antigas perdas salariais

Até o momento, cerca de 3.000 servidores da nossa carreira receberam pagamentos decorrentes da ação judicial que impetramos contra as perdas salariais provocadas pelo Plano Bresser. Por força de determinação constitucional, em face da natureza alimentícia dessa obrigação, os pagamentos estão sendo feitos primeiramente aos titulares que tenham 60 anos de idade ou mais e às pessoas com doenças graves.

Nos próximos lotes de pagamentos, cerca de 2.000 servidores serão beneficiados por essa ação que, após grande e dura batalha na justiça, sagrou-se vitoriosa. Sugerimos aos beneficiários dessa ação que entrem em contato com o SAE para conhecer sua situação e, se for o caso, requerer sua inclusão nos próximos lotes de pagamentos.

APOSENTADORIA ESPECIAL

Mandado de Injunção defende aposentadoria para quem trabalha em condições insalubres

Tramita na justiça importante demanda judicial impetrada pelo SAE em defesa da aposentadoria especial dos servidores da nossa carreira que trabalham em condições insalubres. O Mandado de Injunção em favor desse pleito foi registrado no Supremo Tribunal Federal sob o número MI 521.

Seja em questões individuais ou coletivas, nosso

sindicato segue atuante na luta em defesa da categoria. **APOSENTADOS (AS) - Auxílio-saúde será extensivo aos aposentados (as)**

De acordo com o art. 20 da Lei nº 5.106/13, a reestruturação da nossa carreira se estende também aos aposentados. Nossa luta por mais avanços rumo ao aprimoramento da carreira certamente vai nos levar há vitórias que também vão beneficiar esse importante segmento da nossa base. E não poderia ser diferente diante da extensa história de lutas desse segmento pela nossa valorização.

Nessa história, em tempos bem mais difíceis destes que hoje vivemos, não faltam relatos de grandes enfrentamentos. Eram comuns brutais e desmedidas agressões da polícia nos momentos de luta, tendo os militantes que promoverem estratégicas reuniões às escondidas, embaixo de árvores, fora dos locais de trabalho, no comércio, etc. Do mesmo modo, repressões, perseguições, retaliações e ameaças de toda sorte exigiam sempre muito mais coragem e entrega. Era uma conjuntura extremamente opressora, antidemocrática e, por isso, bem diferente da de hoje - que tantas batalhas custaram ao movimento sindical e social no país. As relações de trabalho eram bastante frágeis. Sem estabilidade no emprego, muitos eram submetidos a prestações de serviços pessoais, inclusive em finais de semana, nas casas de prepotentes autoridades do GDF como limpeza de banheiros, piscinas entre outras coisas.

Por isso, cada um de nós, que um dia também seremos aposentados (as), deve àqueles que tanto lutaram respeito e reconhecimento de sua inestimável importância.

Continuamos lutando em defesa dos aposentados. A título de exemplo, nas negociações acerca do auxílio-saúde exigimos do GDF que o benefício não se limitasse aos servidores em exercício de suas atividades funcionais, mas também aos (às) aposentados (as) e assim ficou acordado.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Profissionais de educação da nossa carreira assumem direções de escolas

Com as mudanças na legislação educacional (Constituição Federal e LDB), todos os trabalhadores em educação no país, com curso técnico ou superior, em área pedagógica ou afim, foram reconhecidos como profissionais de educação. Os servidores da nossa carreira encontram-se hoje qualificados e preparados para fortalecer esse conceito. Prova disso é que muitos integrantes da nossa carreira estão assumindo direções de escolas, ajudando a promover a democracia no âmbito da educação básica pública. Essa foi mais uma grande conquista da nossa luta inserida na Lei 4.751/2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

EXPEDIENTE: SAE-DF – Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do DF – site: www.saedf.org.br

Secretaria de Imprensa e Comunicação - Ediram José Oliveira Silva - Jornalista: Walkiria Simões - Avaliação e Revisão: Conselho Editorial

Sede e subdesdes do SAE-DF: **Plano Piloto:** SDS Ed. Venâncio IV Bloco Q Loja 74 (Conic) - Fones: (61) 3223-8575 / 3224-6000 / 3223-0075 / 3322-6173

Fax: (61) 3226-2526 - DDG: 0800 619797 - Email: contato@saedf.org.br - **Gama:** AE 20/21 Ed. Alternativo Center Sala 163 Setor Central - Fones:(61) 3384-5164 Email: gama@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9159 - **Planaltina:** SHD lote 01 Bloco L Loja 05 (Setor Central) - Fones: (61) 3389-2938

Email: planaltina@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9158 - **Taguatinga:** C12 Bloco G Área Especial nº01 Ed. Paranoá Center Salas 104 e 105 (Tag. Centro)

Fones:(61) 3352-1585 - Fax: (61) 3561-0559 - Email: taguatinga@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9160 / 8521-4575